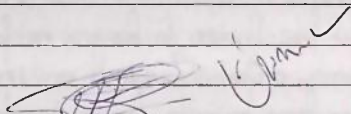


minha sobre nota publicada pelo Jornal Colômbio Sul e Luz, denunciando que o mesmo cometia um equívoco designando a ele a autoria da proposta de incentivo a criação de empregos através da construção civil, que na realidade foi do Vereador João Branger. Em seguida, homologou a Comissão de Lei e Processo pela participação constante nos trabalhos da Instituição Criminal, no que ensejou na falta de mais havendo o fato, o Senhor Presidente em exercício encaminhou presente demais em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavasse o presente ato, que depois de lido, submetido a apreciação Plenária, aprovada, encaminhada para que se modifique seus efeitos legais.

Abelino



Ato da Vigésima Sétima Sessão Ordinária do Município de São Leopoldo da Câmara Municipal de São Leopoldo, realizada no dia 11 (onze) de junho do ano de 2002 (dois mil e dois).

Após a leitura do ato 11 (onze) de junho do ano de 2002 (dois mil e dois) sob a Presidência em exercício do Senhor Vereador João Branger e com a ocupação do Município de São Leopoldo pelo Vereador João Branger, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de São Leopoldo. Além disso, responderam a chamada regimental os seguintes vereadores: Alano Graça do Silva, Amaury Valério Thomas Júnior, Antônio Carlos de Carvalho Miranda de Augusto Salvador Cruzado de Pinheiro, Emanuel Fernandes Freije do Silva, João Carlos Antônio Guimarães Branger, Jairo dos Santos Mendes, José Eduardo Silva de Almeida, Luis Carlos Lobo, Rui Bachion de Souza, Silas Rodrigues Zank e Valdir Rodrigues do Silva. Havendo número regimental, o Senhor Presidente em exercício declarou aberta a sessão e em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavasse o presente ato, que depois de lido, submetido a apreciação Plenária, aprovada, encaminhada para que se modifique seus efeitos legais.

Após a leitura do ato 11 (onze) de junho do ano de 2002 (dois mil e dois) sob a Presidência em exercício do Senhor Vereador João Branger e com a ocupação do Município de São Leopoldo pelo Vereador João Branger, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de São Leopoldo. Além disso, responderam a chamada regimental os seguintes vereadores: Alano Graça do Silva, Amaury Valério Thomas Júnior, Antônio Carlos de Carvalho Miranda de Augusto Salvador Cruzado de Pinheiro, Emanuel Fernandes Freije do Silva, João Carlos Antônio Guimarães Branger, Jairo dos Santos Mendes, José Eduardo Silva de Almeida, Luis Carlos Lobo, Rui Bachion de Souza, Silas Rodrigues Zank e Valdir Rodrigues do Silva. Havendo número regimental, o Senhor Presidente em exercício declarou aberta a sessão e em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavasse o presente ato, que depois de lido, submetido a apreciação Plenária, aprovada, encaminhada para que se modifique seus efeitos legais.

ST/RS/80000/SAD-022963-02 - Itamar, assunto: requerer os documentos nº 2.

017, 018, e 019/2002 em nome de autoria do Vereador Emanuel Fernandes. Projeto de Lei nº 036/2002 - Vereador Valery Rodrigues da Silva, assunto: Denomina-se José Lalança Rachade, a rua localizada no Bairro São. Projeto de Lei nº 037/2002 - Vereador Elias dos Anjos Pinto, assunto: Trata os acidentes/monitores de Alto Frio, proprietários de veículos aqui empregados, do pagamento do taxa de estacionamento. Indicação nº 195/2002 - Vereador Luiz Carlos Lobo, assunto: Soluto ao Exm. Sr. Prefeito Municipal a construção de um banheiro público no Trax do Bairro São Domingos. Indicação nº 196/2002 - Vereador Elias Rodrigues Bento, assunto: Soluto ao Exm. Sr. Prefeito Municipal a construção de marquises padronizadas nos pontos de ônibus no Quilombo São Cardoso do Bonito, no favela Esperança - Iluminada a ladeira do Expediente, o Senhor Presidente em reunião franchiseu o luthero aos chodrus encuto. Como primeiro choda encuto, supriu o luthero o Vereador José Eduardo que inicialmente fez comentários sobre o Congresso Nacional de 1998 quando no dia 10 próximo passado no qual participaram com o Vereador Gustavo Branger, destacando que foram homologados diversos candidaturas, inclusive a do Sr. Rosinha Barbus. E seguiu, disse que o incidente da República Sr. Fernando Henrique Cardoso e diversos parlamentares do PSDB, vinham etimologizando as famílias brasileiras quanto às candidaturas da oposição alegando o incidente que tais políticos levavam o país a sofrer problemas semelhantes aos da Argentina. E ainda, que diversos segmentos religiosos haviam manifestado respeito a tal política. Acrescentou que a candidatura do Sr. Rosinha Barbus era de extrema importância no sentido de que a mesma daria continuidade a obra iniciada pelo Sr. Governador Gasparino, e que deixaria o Governo do Estado com otimismo e paz no ponto de atuação popular. Adiante, discorreu sobre a necessidade de mudanças radicais na política econômica do país, destacando que a LRF representava instrumento de contenção de gastos públicos no âmbito social e que tolhia a ação dos Governos de uma forma geral. Adiante, sobre o Congresso de 1998, disse que foram reeleitos diversos deputados federais, inclusive o candidato do PSDB Fernando Coutinho o deputado federal, João Pinheiro o deputado estadual, visto que ambos eram propensos concessões de verbas dos laços, e por serem aliados houve o progresso de toda a região. Por fim, comentou sobre sua estadia na cidade do Rio de Janeiro, destacando que a violência no estado principalmente na favela e que ele próprio testemunhou histórias

falou ainda sobre seu trabalho em ter obtido por permanecer no Partido Socialista Bra-
 sileiro, visto o brilhante trabalho do deputado Glauco, como que não mediu esforços para
 melhorar a qualidade de vida do Segundo Distrito, bem como de toda a população, no
 que encarece sua fala. O deputado, explicou a intenção, o Senado Federal dos Estados Unidos,
 que inicialmente discutiu sobre o investimento de políticas públicas tendentes para o
 município embora o mesmo detivesse o orçamento extremamente baixo apresentando um
 PIB dos mais elevados. Suas críticas sobre o péssimo trabalho da área do serviço público
 do município, do quadro salarial dos funcionários e vinte e oito por cento da população
 vivendo abaixo da linha da pobreza, o que refletiu uma dramática e angustiante condição
 social. Diante, disse que o município recebeu expressiva amparação oriunda dos royalties
 cuja aplicação não atendeu a promessas de planejamento e finanças de administração
 pública, quando se analisava entre outros problemas, falta de quitação em algumas municipalidades
 funcionando em áreas alugadas e adaptadas precariamente. falou também que a ne-
 cessidade dos royalties eram muito e que em março de 2021 havia dado início ao fun-
 damente das plataformas de exploração no Baixo de Campos, e assim a região vol-
 taria ao status quo" sobrevivendo apenas de receitas próprias, enquanto a exigên-
 cia de equipamentos sociais urbanos para a população existente, não tem fim.
 Pensando, aduziu que o esmentário era necessário para mostrar que os recursos
 dos royalties deveriam ser aplicados na geração de recursos, da implantação de novos
 pontos de renda para a população e outras providências que preparassem o municí-
 pio para um novo tempo sem a base dos royalties. Abordou a seguir a questão da
 saneamento como prioridade para o município que era um dos maiores problemas
 do região, fazendo ser necessário a modernização dos atóis, mas, na fundamentação
 que o fluxo canalizado por devidamente tratado evitando assim a presença
 do mau agente poluidor do corpo de Parawama. Abordou, falou sobre a neces-
 sidade do município manter uma política contra de transporte público, observan-
 do que o plano político deveria anelar medidas urgentes, observando ainda que
 o "Concessionário" entre outros (sic) o obriga o uso de cartões magnéticos
 transpédia e Constituição Federal e desrespeitar os idosos, estudantes e todos os
 segmentos sociais com direito a gratuidade no transporte coletivo, na medida
 em que tal instrumento não tinha respaldo junto a legislação aplicável a matéria.
 O deputado, falou ainda de um idoso do município de São João D'Oeste, na edição
 de 15 de maio, de jornal local, denunciando que os idosos não obrigados a viajar

impé, ao lado do moinho de óculos da Visão Contes. Pignus do Grupo Soleneiro, o que refletiu total desprezo para com os meus textos. Valeu também que para conseguirem os cartões magnéticos os idosos mais uma vez nam humilhados pela Soleneiro permanecendo mais de oito horas na fila, o que configurava mais uma atitude fascista e que precisava ter um "basta". Quando discursou sobre requerimento de sua autoria encaminhado ao Conselho Público, denunciando a implantação do cartão magnético pela Empresa de Transporte Público Auto viação Soleneiro, na medida em que tal procedimento não tinha sustentação de ordem jurídica. Dirigi apelo ao Presidente do Poder Legislativo no sentido de que providências fossem tomadas no sentido de que também o direito dos idosos fossem preservados, visto a ilegalidade do cartão magnético. Disse que tais condutas são importantes na medida em que as gratuidades estabelecidas em lei para o transporte coletivo nam cumprimento houve a consolidação da cidadania abrangendo assim todas as camadas sociais e as pessoas envolvidas no dia a dia da comunidade, no que encerreu sua fala. A seguir, ocupou a tribuna o Vereador Amaury Valério, que iniciou sua oratória rebatendo as explicações do Vereador Rômulo Mendes, afirmando que os recursos dos Royalties estavam sendo aplicados corretamente pelo atual Governo preparando o município de forma adequada para enfrentar o período em que a extinção de tal fonte de recursos se tornará uma realidade. Em aparte, o Vereador José Elton de Souza que o Prefeito Olair Amorim era o único Governante a preocupar-se com a extinção dos recursos quando do futuro, na medida em que todos os seus atos administrativos e pronunciamentos refletiam tais condutas. Continuando, o Chadei relembrou a reflexão do Sobrinho Pires quanto ao fato quando com o Jornalista Sim Lopes, cujo mantinha minucioso o registro de todas as ações em nome da liberdade, e assim ocupava a tribuna na condição de repórter e jornalista para comentar sobre tal tragédia. A seguir colocou um amplo relato sobre o fato, discursando sobre a importância do jornalista quanto a exata informação da opinião pública e os elevados requisitos de dedicação, empenho e humanismo de tais profissionais nas lutas libertárias em todo o mundo. Em aparte, o Vereador Rômulo Mendes, solidarizou-se com as palavras do Chadei, pelo lamentável episódio ocorrido com o Jornalista Sim Lopes, destacando a necessidade da indignação e mobilização se

col. Retomando a palavra, o Queda notou a necessidade de ação social conjunta no sentido de que o direito à liberdade fosse preservado. Em seguida, o Vereador Augusto Silva notou a importância da atuação do Poder Judiciário, que obteve mais de dois milhões de assinaturas a favor da pena de morte, projeto este que na ocasião não foi aprovado pelo legislativo federal. Então, enfatizou que a pena de morte já foi instituída pelas facções de crime organizado, o que fatalmente levaria ao caos social. Adiante, registrou a importância de ser declarada guerra aos tráficos de drogas do apoio do Governo Federal. Retomando a palavra o Vereador Amaro Ribeiro, notou que a pena de morte já existia no Brasil que assumindo a condição de estado e de direito os traficantes mendicam, fulguram e exultaram e assim, a sociedade nunca estando em uma situação de conflagração total, no que incutiu no povo. Não havendo mais Queda insinuou para o uso de tribuna, o Sr. Presidente em seguida conduziu os trabalhos para o Ata do dia. Nesta etapa, foi aprovado fornecer honorários a Comissão de Unas e Juizes Públicos em Projeto de Lei nº 023/2002, que a seguir, foi encaminhado para a Comissão de decisão final. Foi notado pela ausência de quórum, o Projeto de Lei nº 024/2002 foram encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça e requentes Projetos: Projeto de Lei nº 026 e 027/2002. Foram aprovadas as Indicações nºs 195 e 196/2002. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente em exercício encerra a presente Sessão em nome de Deus. E, para constar, mandou que se lavasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação, aprovada, será assinada para que se produza seus efeitos legais.

Assinatura

Ata do Vigésimo Sessão Extraordinária do primeiro período legislativo do 1º mandato municipal de São João, realizada no dia 13 (treze) de junho do ano de 2002 (dois mil e dois).

As disposições do dia 13 (treze) de junho do ano de 2002 (dois mil e dois) sob a presidência em exercício do Vereador Amaro Ribeiro.